

Terça-feira, 16 de Novembro de 2004 - Estrasburgo

Venda de armas

Gomes (PSE) , em nome do grupo - Senhor Presidente, eu junto as minhas palavras de agradecimento à Presidência e, em particular, ao Sr. Patten. Temos muita pena porque a União Europeia ainda precisava do seu "way".

Se a proliferação de armamentos nucleares faz imaginar cenários apocalípticos, a inflamação de conflitos pelo comércio de armas convencionais coloca-nos perante prejuízos incalculáveis a nível do desenvolvimento de muitos povos, além da morte e da violação dos direitos humanos de milhões de civis por todo o mundo. Segundo a doutrina de segurança estratégica aprovada pela União Europeia, as instabilidades regionais, os Estados falhados, a criminalidade organizada e o terrorismo internacional constituem as principais ameaças a que temos de fazer face. Todas elas ameaças que as exportações de armas sem controlo para destinatários exteriores à União Europeia podem fomentar.

Nos últimos anos tem-se assistido a um esforço dos Estados-Membros da União Europeia para aperfeiçoar o controlo das exportações de armas convencionais com origem ou trânsito no espaço europeu. Mas muito há ainda a fazer!

Nós, socialistas, defendemos que é urgente tornar obrigatório o código de conduta da exportação de armas, bem como adoptar legislação nacional e europeia para aumentar a transparência da actividade de intermediação de armas. Há que alargar o âmbito de proibição da exportação de certos instrumentos, como os utilizados para a tortura ou as minas antipessoais. Há que controlar, de forma mais apertada, a venda de armamentos para governos ou grupos em zonas de conflito, tendo em conta as informações recolhidas pelos mecanismos de controlo criados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a aplicação de embargos de armas. Os governos da União Europeia têm, aqui, a indeclinável responsabilidade de avançar com normas de direito interno para assegurar a punição exemplar das empresas e indivíduos que violem embargos de armas decretados pela União Europeia ou pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nós, socialistas, apoiamos medidas que possam mitigar os efeitos do comércio de armas, como a criação do imposto para assistência a vítimas de conflitos armados e ao combate à pobreza, conforme foi recentemente proposto na Assembleia Geral das Nações Unidas em curso.

Terça-feira, 16 de Novembro de 2004 - Estrasburgo

A União Europeia pode e deve ir mais longe. Com passos como os que foram identificados nesta resolução - que nós votaremos a favor - e alargando a aplicação vinculativa do código de conduta, não apenas aos parceiros da Europa alargada, mas também aos novos vizinhos, para que haja um mercado comum europeu de armamentos em que a recém criada Agência Europeia de Armamentos tenha um papel no controlo e na regulação.

Nós, socialistas, apresentamos especificamente emendas sobre esta proposta de resolução instando o Conselho e os Estados-Membros a manter o embargo de armas à República Popular da China e a assegurar uma abordagem coerente sobre os embargos de armas em geral. O embargo foi imposto na sequência do massacre de Tiananmen e foi mantido, desde então, face aos graves problemas de direitos humanos que persistem na China, apesar da abertura ao exterior e do extraordinário crescimento económico.

Em 2003, o Parlamento Europeu pronunciou-se através de uma resolução específica sobre esta matéria e recomendou a manutenção do embargo. Os relatórios do Parlamento Europeu, tal como os de várias ONG de direitos humanos, assinalam, ano após ano, grande preocupação com a violação grave dos direitos humanos na China e no Tibete. Uma revelação sobre a adequação do embargo de armas como instrumento para pressionar uma mudança significativa não pode conduzir ao levantamento do embargo de armas, pelo menos enquanto não haja um código de conduta vinculativo sobre a exportação de armas e de instrumentos susceptíveis de serem utilizados em repressão interna e tortura. É preciso assegurar a coerência de todo o regime nesta matéria e a recente decisão relativamente à Líbia de levantamento do embargo de armas a este país é incoerente e expõe a União Europeia a acusações de "double standards".